



Sentidos e Consequências da Pandemia

Ana Cláudia de Souza¹

RESUMO

Este ensaio é uma tentativa de refletir sobre os sentidos e as consequências da pandemia, fazendo um recorte para a situação das comunidades indígenas e o levantamento de estratégias utilizadas por essas comunidades para a mitigação dessa tragédia sanitária, social e política. Partindo da categoria “brutalismo”, assim como tem sido problematizada por Achille Mbembe para as relações sociais contemporâneas, e que parece explicar alguns dos episódios desse contexto pandêmico, me arrisco a esboçar redes de solidariedade, de apoio e de enfrentamento, surgidas das próprias comunidades e de instituições parceiras, e que buscam superar esse momento tão violento de nossas existências. Dessa forma, apresento um breve observatório sobre algumas dessas circunstâncias de solidariedade que surgem do abandono sanitário e social causados pela pandemia de COVID - 19.

Palavras-chave: pandemia, brutalismo, redes de solidariedade.

¹ Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Pesquisadora do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB/UFBA) e do Nyemba (Processos Sociais, Memórias e Narrativas/UNILAB). Experiência na área de antropologia, com ênfase em etnologia indígena e antropologia da educação, educação indígena, juventude, migração estudantil, ações afirmativas, diversidade na universidade, ensino de ciências sociais e diversidade sócio-cultural, Leis 10.639/03 e 11.645/08.

ABSTRACT: This essay is an attempt to reflect on the meanings and consequences of the pandemic, making a reference to the situation of indigenous communities and the survey of strategies used by these communities to mitigate this health, social and political tragedy. Starting from the category "brutalism", as has been problematized by Achille Mbembe for contemporary social relations, and which seems to explain some of the episodes of this pandemic context, I venture to outline networks of solidarity, support and confrontation, emerged from their own communities and partner institutions, and that seek to overcome this so violent moment of our existences. Thus, I present a brief observatory on some of these circumstances of solidarity that arise from the sanitary and social abandonment caused by the COVID pandemic - 19.

Keywords: pandemic, brutality, solidarity networks

RESUMEN: Este ensayo es un intento de reflexionar sobre los sentidos y las consecuencias de la pandemia, haciendo un recorte para la situación de las comunidades indígenas y el levantamiento de estrategias utilizadas por esas comunidades para la mitigación de esa tragedia sanitaria, social y política. Partiendo de la categoría "brutalismo", así como ha sido problematizada por Achille Mbembe para las relaciones sociales contemporáneas, y que parece explicar algunos de los episodios de ese contexto pandémico, me arriesgo a esbozar redes de solidaridad, de apoyo y de enfrentamiento, surgidas de las propias comunidades y de instituciones asociadas, y que buscan superar ese momento tan violento de nuestras existencias. De esta manera, presento un breve observatorio sobre algunas de estas circunstancias de solidaridad que surgen del abandono sanitario y social causado por la pandemia de COVID - 19.

Palabras-clave: pandemia, brutalismo, redes de solidaridad

Introdução

“Eu não consigo respirar”, “eu não consigo respirar”, foram diversas repetições e com essa frase George Floyd denunciou para o mundo a perversão do policial norte-americano em 2020, antes da sua morte. Nesse mesmo ano começaríamos a vivenciar a maior crise sanitária e pandêmica da contemporaneidade, causada pelo agora tão famoso vírus SARS-CoV-2, ou Coronavírus. A infeliz coincidência traz como marca das duas tragédias a morte por asfixia, o impedimento da respiração, presentes em ambas as situações, como também o inequívoco agravante quando se trata de populações historicamente vulneráveis, como a população negra e oriundas de comunidades tradicionais, como as quilombolas e indígenas.

No contexto atual, seja devido à violência policial, ou pela violência devastadora do vírus e das respostas públicas e governamentais a ele, podemos identificar traços de *brutalismo*, assim como assinala o intelectual camaronês Achille Mbembe. Podemos então aproximar a brutalidade das práticas comuns utilizadas pela polícia, especialmente quando se trata da relação com a população negra, com a negligência das políticas públicas do governo federal⁴ para as populações mais vulneráveis nesse período, com estratégias adrede preparadas para sabotar formas de controle da pandemia.

Ao ter contato com a categoria *brutalismo*, logo identifiquei situações que acreditava poder fazer parte da aplicação desse conceito. Sobre brutalismo, Mbembe nos apresenta uma categoria que possa expressar repertórios de violência perpetrados pelos sinais emitidos seja pela lógica perversa do Estado, seja pela lógica tecnológica que nos monitora e nos condiciona através dos algoritmos, e que passa a intervir de forma inigualável em toda a nossa existência, tornando alvos nossos corpos, mentes e a natureza (2020).

E mesmo diante dessa conjuntura orientada pelo *brutalismo*, na pandemia, também pudemos entrar em contato com diversas alternativas de enfrentamento para a superação dessa tragédia e produção de saídas para a superação da COVID - 19. Nesse sentido, será perpassando por esses opostos, o *brutalismo* que concretiza nossas mazelas, o sentimento de abandono e a coisificação das relações, mas, que, por outro lado, desemboca na resposta que vem do coletivo e da vida em coletividade, que desenvolvi a argumentação para o presente texto. Desde o início da pandemia venho produzindo uma espécie de observatório sobre algumas dessas narrativas e práticas de solidariedade, e que vem a cada dia demonstrando que a saída para os desafios interpostos pela pandemia virá do coletivo. Te convido então, à leitura desse desprezioso ensaio.

“Eu não consigo respirar”

No texto “O direito universal à respiração”, artigo publicado originalmente em

⁴ Os descasos e o negacionismo do governo federal com a pandemia são hoje conhecidos nacionalmente e internacionalmente, e vão desde a ausência de um programa federal de combate à COVID - 19, desestímulo ao uso de máscaras e distanciamento social, atraso na compra de vacinas e insumos médicos para o tratamento das infecções, só para citar alguns.

francês na revista [AOC media - Analyse Opinion Critique, e traduzido por](#) Ana Luiza Braga, o historiador [Achille Mbembe](#), autor dos livros *Crítica da Razão Negra* e *Necropolítica*, nos alerta que é “tempo de brutalismo” (MBEMBE, 2020, p. 2).

O Brutalismo é uma categoria de classificação que tem origem no movimento arquitetônico de meados do século XX⁵, e pode ser definido como o “processo contemporâneo pelo qual o ‘poder agora se constitui, se expressa, se reconfigura, age e se reproduz como força geomórfica”, pelo que é entendido por “depleção” [perda de elementos fundamentais do organismo] (MBEMBE 2020, p. 2).

O tempo presente chama a atenção pela dimensão tóxica e molecular, de certo modo, em termos da química e até da radioatividade do referido processo, nas palavras de Mbembe:

Não seria a toxicidade, isto é, a multiplicação de substâncias químicas e resíduos perigosos uma dimensão estrutural do presente? Tais substâncias e resíduos não atacam apenas a natureza e o meio ambiente (o ar, os solos, as águas, as cadeias alimentares), mas também os corpos expostos ao chumbo, ao fósforo, ao mercúrio, ao berílio e aos fluídos frigoríficos (2020, p.3).

Podemos então, por analogia, pensarmos a exposição dos corpos vivos à exaustão física e a todos os tipos de riscos biológicos que às vezes são invisíveis, como o que ocorre na pandemia do Coronavírus, a exemplo das substâncias imunizantes que passamos a utilizar, e aqui pensadas tanto as cientificamente comprovadas ou tradicionalmente utilizadas, como também as diversas tentativas de cura com uso de fármacos químicos, que tenham eficácia ou não, e até mesmo da estética do tratamento nas UTIs que passamos a visualizar diariamente, há um pouco mais de um ano, quando tudo começou.

Uma vez atravessada a barreira dos alvéolos pulmonares, o vírus infiltrou sua circulação sanguínea. Em seguida, atacou os órgãos e outros tecidos, começando pelos mais expostos. A isto se seguiu uma inflamação sistêmica. Aqueles que apresentavam anteriormente problemas cardiovasculares, neurológicos ou metabólicos, ou que sofriam de patologias ligadas à poluição, sofreram os ataques mais furiosos. Sem fôlego e privados de aparelhos respiratórios, eles partiram subitamente, como se às escondidas, sem qualquer possibilidade de se despedir. Seus restos foram imediatamente cremados ou enterrados. Em solidão. Era preciso, nos disseram, desfazer-nos deles o mais rápido possível

⁵ A categoria “brutalismo” é inspirada no conceito arquitetônico, cuja a ênfase na estrutura do edifício é predominantemente em concreto armado, colocado à mostra e sem revestimento, é uma das características tectônicas da arquitetura brutalista (GNOATO, 2013, p. 2)

(MBEMBE, 2020, p.3)

Achille Mbembe faz uma lembrança inevitável sobre todas as epidemias imagináveis e inimagináveis que, durante séculos, assolam povos nos países distantes (2020, p.4). O que nos faz lembrar, por sua vez, a relação imunológica assimétrica em que estiveram e estarão envolvidos os povos indígenas nos primeiros contatos. Desse modo, os povos indígenas são um bom exemplo para pensarmos este atual cenário. Sarampo, varíola, cólera, gripe, coqueluche, bronco-pneumonia, varicela e todas as possibilidades de doenças infecciosas foi no que resultou o saldo do contato e da vulnerabilidade biológica que a história impôs às populações indígenas.

Mbembe ainda completa trazendo a problematização de “como esquecer, aliás, o desmatamento intensivo, os mega-incêndios e a destruição dos ecossistemas, ou a ação nefasta de empresas poluidoras e destruidoras da biodiversidade” (2020, p.4). E esta é uma passagem com bastante significado para a realidade brasileira, ou como esquecer as palavras do ministro do meio ambiente, que em plena pandemia afirmou em uma reunião ministerial de que este seria o momento de passar “a boiada e mudar regras ambientais, enquanto atenção da mídia está voltada para a COVID-19”. O estrito sentido da categoria brutalismo talvez possa estar expresso no dizer dessas palavras e o que elas representam em termos de poder concretizar o plano de expropriação dos direitos constitucionais indígenas por parte do governo, com a invasão dos seus territórios por fazendeiros, garimpeiros, grileiros, e outros usurpadores de direitos das comunidades tradicionais.

A pandemia e a quarentena evidenciam a crueldade da nossa tremenda desigualdade, e de como comunidades tradicionais, como as quilombolas, indígenas, ribeirinhas são tratadas. “Somos obrigados a obrigar o governo a não nos deixar morrer”, “Com saúde negligenciada pelo Executivo, povos indígenas acionam o Supremo”, “Funai não executa orçamento para COVID, e a invasão dos territórios por garimpeiros”, essas são algumas das manchetes que tivemos acesso nesse período e que revelam o tamanho do descaso e da violência governamental.

Para Mbembe, toda essa atual conjuntura pode significar que “haverá cada vez menos oportunidades de dizer adeus. A hora da autofagia está se aproximando e, com ela, o fim da comunidade, porque dificilmente haverá comunidade digna desse nome quando dizer adeus, isto é, recordar os vivos, não for mais possível” (2020, p.7). E revela o temor

de que com a calamidade, resultado da pandemia, configure-se “em um novo período de tensão e brutalidade” (p.8). Para ele, no nível geopolítico, a lógica da força e do poder continuará a prevalecer. De acordo com Mbembe, é válido ressaltar que

antes deste vírus, a humanidade já estava ameaçada de asfixia. Se houver guerra, portanto, ela não será contra um vírus em particular, mas contra tudo o que condena a maior parte da humanidade à cessação prematura da respiração, tudo o que ataca sobretudo as vias respiratórias, tudo que, durante a longa duração do capitalismo, terá reservado a segmentos de populações ou raças inteiras, submetidas a uma respiração difícil e ofegante, uma vida penosa. Para escapar disso, contudo, é preciso compreender a respiração para além de seus aspectos puramente biológicos, como algo que é comum a nós e que, por definição, escapa a todo cálculo. Estamos falando, portanto, de um direito universal à respiração (2020, p.9).

E ainda complementa:

Como aquilo que é a um só tempo fora do solo e nosso solo comum, o direito universal à respiração não é quantificável. Não pode ser apropriável. É um direito em relação à universalidade não só de cada membro da espécie humana, mas do vivo como um todo. Deve, portanto, ser entendido como um direito fundamental à existência. Como tal, não pode ser objeto de confisco, e escapa à toda soberania porque sintetiza o princípio da soberania em si mesmo (2020, p. 10).

Sem sombra de dúvidas, a pandemia teria sido ainda mais devastadora e asfíxiante para as periferias e comunidades tradicionais no Brasil, se não fossem as incontáveis expressões de mobilização e solidariedade que puderam gerar contribuições materiais, como também de conhecimento sobre este desconhecido vírus, e sua melhor forma de encará-lo. Sem elas, com certeza, estaríamos atravessando a pandemia ainda com maior requinte de crueldade. Assim, no Brasil, surgiram em todo o país inúmeras iniciativas vindas das próprias comunidades, como dos parceiros e parceiras, a exemplo das universidades, Organizações Não Governamentais (ONG), da iniciativa privada e da sociedade civil organizada como um todo. E levando a experiência de vivenciar a tragédia tendo que cultivar a esperança de que uma saída poderia surgir do convívio.

Pelo direito de respirar e de existir coletivamente

A pandemia rememora para muitas comunidades o período de contato, o que para

muitas é algo muito recente. Provavelmente todos os povos indígenas ao serem contatados já passaram por alguma epidemia. Desse modo, essa configuração deve trazer dores passadas, marcadas por uma memória muito próxima, que será somada com as vivenciadas atualmente. Como sabemos, para as populações nativas o contato será caracterizado pela vulnerabilidade imunológica para determinadas doenças, o que resultou num verdadeiro genocídio e etnocídio, num extermínio durante todo o processo histórico e de formação da sociedade brasileira.

Os dias pandêmicos atuais correspondem, portanto, a um retorno causado pelos riscos históricos a que sempre estiveram, de algum modo, expostos. Em função do perigo trazido pela pandemia e da ausência de uma política sistematizada para o seu enfrentamento, a COVID -19 chegou de forma avassaladora a algumas comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, tanto aquelas próximas aos centros urbanos, como as mais distantes.

De acordo com o boletim organizado pelo Instituto Sócio Ambiental (ISA) em parceria com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), no primeiro dia de abril de 2021, já somavam mais de 1030 óbitos de indígenas, com 163 povos atingidos e mais de 52 mil infecções (ISA, 2021/APIB 2021)⁶. Se constituindo no epicentro da pandemia entre os povos indígenas brasileiros os estados do Amazonas e Pará. Todavia, em todos os estados com presença indígena a pandemia é uma dura realidade, como no caso da Bahia, que, em abril de 2021, contabiliza 9 óbitos. Sem contar, que os números oficiais são sempre uma aproximação, não levando em consideração as subnotificações, como ocorre também para os números nacionais.

Temos sempre lembrado que as vítimas da COVID - 19 não representam apenas números. O que é importantíssimo fazermos sempre essa ressalva, e é evidente que serve, sobremaneira, para as comunidades tradicionais. Cada óbito inesperado, resultado de uma pandemia como esta poderá encerrar toda uma tradição tributária a anciãos, lideranças espirituais como os pajés, artesãos, mestres e mestras do saber, médicos, médicas, enfermeiros, enfermeiras, professores e professoras, podendo representar um etnocídio para essas comunidades.

⁶ O ISA com a APIB desenvolveram plataformas de monitoramento da situação indígena na pandemia, incluindo indígenas residentes nas Terras Indígenas e em outras áreas. Os dados são compilados a partir dos boletins fornecidos pelas Secretarias Estaduais de Saúde.

É inegável que a alta letalidade⁷ da COVID - 19 no Brasil atingiu violentamente esses povos, a exemplo do que ocorreu com o povo Xavante (Mato Grosso), com 68 mortes, e com o povo Kokama (Amazonas)⁸, com 59 perdas. Uma grande tragédia, se pensarmos no impacto que representa essa interrupção abrupta na manutenção do grupo. Constitui um corte na reprodução social e cultural, das experiências de vida e de comunidade, como sinaliza Ailton Krenak. O que nos leva a associar a famosa frase pronunciada pelo filósofo malinês, Amadou Hampâté Bâ, “na África, cada ancião que morre é uma biblioteca que queima”, e que ressalta a relevância da tradição oral para a manutenção da memória e registro das comunidades. Estima-se que cerca de 200 anciãos indígenas já morreram de COVID –19. E seguimos reverenciando a memória de Eliézer Puruborá, Aritana Yalipiti, Juca Kamayurá, Dona Domingas Tupinambá, Paulinho Paiakan, Dona Bernaldina, e tantos(a) outros(a), mais jovens e, não menos relevantes, como Gerson e Selma Pataxó Hãhãhãe, que permanecerão bibliotecas ancestrais.

Um fato extremamente preocupante é que quando cruzamos as consequências da pandemia com as medidas governamentais, gera ainda mais apreensão, haja vista tudo que nós temos testemunhado sobre a gestão do governo nesses dois anos. Na ausência de uma política pública de prevenção que leve em consideração as especificidades dessas populações e suas formas de organização social e ocupação do espaço, o que estamos vendo é a mobilização vinda de toda parte para enfrentar o tão perigoso inimigo. Tem sido também a oportunidade de termos mais contato com lideranças, intelectuais indígenas e quilombolas, sabendo muitas vezes em tempo real e acompanhando as reflexões que têm sido elaboradas sobre as situações de suas comunidades. Seja através das redes sociais, rádios, *podcast*, e de outros meios de publicar notícias sobre essas comunidades.

Como a luta e a mobilização são constituintes da causa indígena, não tem sido diferente nesses tempos de pandemia, como ressaltam as advogadas indígenas Maria Judite Guajajara e Samara Carvalho Santos:

Diante da situação de descontrole sanitário do Covid-19 por parte dos órgãos competentes e ainda as inúmeras vulnerabilidades as quais as comunidades indígenas estão expostas, principalmente as que decorrem da insegurança da proteção territorial, tendo em vista a omissão e a mora do estado brasileiro em demarcar seus territórios. Os próprios indígenas

⁷ Os dados constataam o impacto da pandemia para as comunidades indígenas, com o número de mortes já representando, aproximadamente, 0,12% do total da população indígena, considerando os dados do Censo do IBGE de 2010.

⁸ Dados consultados no site do Comitê da APIB (<https://emergenciaindigena.apiboficial.org/>).

começaram a se mobilizar no sentido de proteger suas aldeias e famílias, através das chamadas barreiras territoriais, em que passaram a controlar o fluxo de entrada e saída dos membros de suas comunidades, bem como a proibição da entrada de terceiros alheios a elas. O que passou a ser uma missão desafiadora (GUAJAJARA, SANTOS, 2020, p. 104)

Nos últimos meses uma frase proferida por Sônia Guajajara, “A ancestralidade sempre ensinou que o sentido da vida é o coletivo”, tem me feito pensar sobre as diversas formas de participação e envolvimento coletivo. Se as consequências da pandemia são de várias ordens, passando pela questão sanitária, de saúde, abrangendo as mais variadas dimensões da vida, por outro lado, o seu enfrentamento tem a ver com a preservação da humanidade, da diversidade.

Lembrando Ailton Krenak, que irá nos advertir em seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo” (2019), que são séculos de luta e resistência, e que, portanto, não se trata de uma experiência nova, por isso, vale ressaltar as estratégias próprias que as comunidades têm produzido e acionado ao longo dos tempos.

E que vai desde a distribuição e troca de alimentos, como está acontecendo em comunidades quilombolas e indígenas em todo o país, nesse período. Confeção de máscaras. Redes de arrecadação de valores para aquisição de cestas básicas e material de higiene, como o Fundo de Solidariedade aos Kayapó Mekragnotire⁹. Uso de canais alternativos de comunicação para orientações e monitoramento da crise. Produção de material informativo na língua nativa. Ressaltando a diversidade linguística extremamente presente em mais de 180 povos indígenas, com os mais velhos, jovens estudantes e professoras/es, pesquisadores/as envolvidos nessa produção. Participação de ONGs e universidades no monitoramento. Entre os Kokamas passaram a intensificar o ritual da *ayahuasca*, considerado por eles como a mais "poderosa cura¹⁰". Em Manaus, uma técnica de enfermagem indígena montou um hospital de campanha com doações¹¹. A pandemia tem levado também a realização de adaptações de práticas tradicionais, como a adaptação da comemoração da festa de São José Batista pelo Povo Tuxá, que foi realizada no ano passado seguindo os protocolos de segurança e abrindo mão de algumas partes do ritual da festa¹².

⁹ Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/04/fundo-de-solidariedade-aos-kayapo-mekragnotire/>. Acesso em: 03 abr.2021.

¹⁰ Disponível em: <https://www.uol.com.br/>. Acesso em: 05 abr. 2021

¹¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/>. Acesso em 03 abr.2021.

¹²(ANAI, MUPOIBA, 2020).

Uma das iniciativas que gostaria aqui de ressaltar foi criada pela ANAI (Associação Nacional de Ação Indigenista) e pelo MUPOIBA (Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia), resultando num Boletim com informações sobre número de casos de infectados, número de óbitos, estratégias realizadas para contenção da pandemia e medidas de prevenção promovidas pelas comunidades e algumas poucas governamentais. Como nos conta Jurema Machado de Souza:

Na ausência de divulgação de dados oficiais, a ANAI e o MUPOIBA se uniram para fazer esse acompanhamento, uma espécie de monitoramento, e também como uma maneira de pressionar a SESAI, através dos Polos Base, para a divulgação de dados quantitativos. Mas o Boletim não se resumia a apresentação de números, de dados sobre a quantidade de infectados, de números suspeitos ou óbitos, queríamos também mostrar nos boletins como as aldeias e os povos estavam se organizando, como estavam adaptando o cotidiano e as suas tradições a essa nova situação da pandemia, então o conteúdo dos boletins também tratava disso, dessa vivência cotidiana das aldeias na pandemia. A gente também trazia uma série de entrevistas especiais, a partir da segunda edição, com especialistas indígenas sobre algum tema específico. A gente também passou a fazer *podcast*, através do *Spotify* da Anai, onde tem lá os áudios dos boletins, para dar mais acessibilidade para as comunidades. E a partir de junho ou julho de 2020, a gente fazia também as *lives* de lançamento, na sexta-feira à noite, através da TV Pataxó, sempre com alguma liderança e alguém da ANAI. E com relação a dinâmica de trabalho, a gente trabalhava desde segunda-feira, contatando os agentes de saúde com os quais tínhamos contato, contatávamos as lideranças do MUPOIBA e começavam a ir atrás dos dados, para mobilizar e mandar as notícias. Os agentes de saúde que eram os nossos interlocutores principais e lideranças do MUPOIBA. E na quinta-feira a gente escrevia o boletim com os assuntos daquela semana, na sexta fazíamos ajustes e verificação, e íamos para produção que consistia em editar, gravar e publicar nos grupos, redes e nas *lives*” (Jurema Machado Souza, professora da UFRBe coordenadora da ANAI).

Como é possível perceber, a diversidade e a complexidade da pandemia que atingiu de diversas formas as comunidades, impondo o acionamento de várias frentes de atuações e mobilizações, mas sempre corroborando para ações coletivas de prevenção e combate à pandemia (GUAJAJARA; SANTOS, 2020).

Desse modo, as ações coletivas de mulheres indígenas no contexto pandêmico é também de se ressaltar, como fizeram Maria Judite Guajajara e Samara Carvalho Santos, apresentando a iniciativa de mulheres indígenas na confecção de máscaras de proteção, no texto “Tecidos, Linhas e Agulhas: Mulheres Indígenas e a “Costura” de Interloquções no Contexto da Pandemia” (2020).

Santos e Guajajara apresentam as ações e mobilizações coletivas que têm ocorrido entre as mulheres dos povos Tupinambá, Pataxó Hã-hã-hãe e Pataxó, e que surgiram com a proliferação do Coronavírus, e de maneira ainda mais acentuada nas aldeias dos três referidos povos, localizados na Bahia.

A iniciativa foi um admirável “passo rumo à ‘costura¹³’ de interlocuções entre múltiplos coletivos, organizações e comunidades indígenas (GUAJAJARA; SANTOS, 2020, p. 110). Desse modo, os coletivos de mulheres Pataxó Hãhãhãe e Tupinambá, juntamente com as mulheres pataxó que participam do projeto “Mulheres em Ação” passaram a integrar uma rede para arrecadação de doações, divulgação da campanha e produção das máscaras de proteção, resultado da parceria com o coletivo de mulheres Delas para Todxs (Salvador), da Rede Kunhã Asé” (rede de mulheres na ciência da Universidade Federal da Bahia - UFBA), instituições indigenistas, como a ANAÍ, grupos de pesquisa como o PINEB (Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro – PINEB), com as organizações indígenas de representação local e regional, respectivamente, o MUPOIBA e a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santos – APOINME (GUAJAJARA; SANTOS, 2020).

E com muita luta e pressão dos movimentos indígenas, quilombolas e aliados(as), as populações das comunidades indígenas e quilombolas foram incluídas como prioritárias no programa nacional de vacinação contra a COVID – 19. Oxalá, logrem logo imunização para saírem da vulnerabilidade imunológica!

Considerações Finais

Como parte das considerações finais desse ensaio em que esboço algumas linhas

¹³ E sobre costuras, gostaria também de destacar as várias trocas que tem sido possíveis a partir das universidades, não obstante os percalços que passamos com o corte de recursos e sobrecarga do trabalho remoto. Nesse período, uma mirada nas diversas ações que temos desenvolvido, seja produzindo pesquisas, extensão, cursos ou produções bibliográficas, seja na construção de redes de apoio ao corpo de funcionários, docentes, discentes e comunidade como um todo, são de alguma forma antídotos ao *brutalismo* que nos aflige. Na UNILAB, no campus dos Malês, se constituiu o Coletivo Manjuandadi Malês, em parceria com a APUB (Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia) e outras organizações, e ofereceu apoio e afeto a estudantes brasileiros e estrangeiros em vulnerabilidade, durante todo o ano de 2020.

sobre essa temática de grande relevância, gostaria de recomendar para quem percorreu até aqui, a leitura do dossiê “*Pandemia da COVID-19 na vida dos Povos Indígenas*”, organizado pela APIB, em parceria com a Revista Terena Vukápanavo e publicado em novembro de 2020. Essa publicação trata-se de mais um “ato de resistência política acionada pelos povos indígenas neste contexto de pandemia”, como afirmam seus autores, fruto das reflexões acadêmicas, mas, sobretudo, políticas, de pesquisadores e pesquisadoras indígenas que transformaram as diversas situações e experiências com a pandemia de COVID - 19 num importante *corpus* para identificar e compreender como tais comunidades têm respondido às novas ameaças epidêmicas, e como seus conhecimentos epistêmicos e suas tradições são acionados e extremamente relevantes para dar conta do “desafio de compreender seus múltiplos desdobramentos considerando seus impactos econômicos, culturais, históricos e políticos nos cotidianos das comunidades indígenas” (BANIWA, TUXÁ, TERENA, 2020, p.7).

E retomo Achille Mbembe, quando afirma que “se a COVID-19 é, de fato, a expressão espetacular do impasse planetário em que a humanidade se encontra, então não se trata simplesmente de recompor uma Terra habitável, para que ela ofereça a todos a possibilidade de uma vida respirável. Trata-se, na realidade, de recuperar as fontes do nosso mundo, a fim de forjar novas terras” (MBEMBE, 2020, p.11). Para escapar a asfixia, ou para recuperar o “direito originário de habitar a Terra, próprio da comunidade universal de seus habitantes, humanos e outros” (MBEMBE, 2020, 10), se faz necessário recuperarmos o sentido da coletividade, tão colocado em suspeição em tempos de pandemia e de brutalismos.

Diante da inanição asfíxiante do vírus e da negação por parte do Estado brasileiro em nos oferecer proteção, nos resta voltarmos para essas inúmeras experiências vivenciadas por coletivos urbanos e comunidades tradicionais, e seguirmos os ensinamentos das nossas ancestralidades.

Referências

ANAI; MUPOIBA. **Boletim COVID - 19**, Nº 5. Salvador. 19/06/2020.

BANIWA, Braulina, TUXÁ, Felipe Cruz, TERENA, Luiz Eloy. Apresentação: A pandemia de

Covid-19 na vida dos povos indígenas. **Vukápanavo: Revista Terena** nº 3, p. 1-400, out./nov. 2020.

GUAJAJARA, Maria Judite da Silva; SANTOS, Samara Carvalho. Tecidos, Linhas e Agulhas: Mulheres Indígenas e a “Costura” de Interloquções no Contexto da Pandemia. Apresentação: A pandemia de Covid-19 na vida dos povos indígenas. **Vukápanavo: Revista Terena** nº 3, p. 1-400, out./nov. 2020.

GNOATO, Luís Salvador. Considerações sobre a tectônica brutalista. **X SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL ARQUITETURA MODERNA E INTERNACIONAL: conexões brutalistas 1955-75** Curitiba. 15-18.out. 2013. Disponível em: https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CON_53.pdf. Acesso em 03 mar.2021.

ISA/APIB. **Covid-19 e os Povos Indígenas**. Disponível em: <https://covid19.socioambiental.org/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MBEMBE, Achille. **O direito universal à respiração**. Trad. Ana Luiza Braga. São Paulo: N-1edições, 2020. Disponível: <https://www.n-1edicoes.org/textos/53>. Acesso em: 03 abr.2021.